



24.370.38.66

Altamira vive clima do congresso indígena

Belém — A cidade de Altamira já começou a receber os participantes do I Encontro de Povos Indígenas do Xingu, a ser realizada na próxima semana no Centro Comunitário da Prefeitura daquela cidade, localizada a 480 quilômetros desta capital.

Vinte e cinco nações indígenas, inclusive dos Estados Unidos e do Canadá, estarão representadas na reunião, que vai discutir a verdadeira extensão dos danos causados ao ecossistema pela construção de usinas hidrelétricas na região amazônica.

O encontro é promovido pelos índios Kayapó, à frente os caciques Paulinho Payaká e Kube-I Kayapó, recentemente absolvidos de um processo de expulsão do Brasil de autoria da Procuradoria Geral da República, e conta com a coordenação da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (Sopren).

Ao encontro, segundo um dos dirigentes da Sopren, Pinon Firaes, já estão confirmadas as presenças do cantor Sting, das atrizes Brigitte Bardot e Lucélia Santos e do escritor Fernando Gabeira. Também deverão participar do evento o presidente do recém-criado Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IB-MARN), Fernando César Mesquita, e de diretores das centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), encarregada da execução do complexo hidrelétrico do Xingu, que inclui as usinas de Kararaó e Babaquara.

Embora tenha afirmado não ser contra a realização do encontro, o governador Hélio Gueiros condenou a campanha contra a construção da hidrelétrica de Kararaó e disse que muitos dos participantes do encontro não têm a mínima informação sobre as usinas e a Amazônia em geral, e disse irritado que o Brasil não aceita a tutela de estrangeiros, supostos defensores da ecologia que apenas fazem um "jogo para a torcida". E arrematou: "Os americanos não podem dizer que os brasileiros não respeitam os seus índios. Eles, sim, têm know-how de como matar povos indígenas. Onde estão hoje os índios americanos?"

Já o prefeito de Altamira, Armino Dociteu Denardin, que esteve quinta-feira no Palácio Lauro Sodré, pedindo ao governador reforço policial para a cidade durante a realização do encontro, manifestou o temor de um confronto entre os que são contra e os que são a favor da hidrelétrica, já que há na cidade um movimento pró-Kararaó, liderado pela Associação Comercial e empresários, que vai realizar na segunda-feira uma passeata em favor da construção da usina, no mesmo momento em que os participantes do encontro de povos indígenas, que são contra a obra, também realizarão um ato público.

Um ônibus com um reforço de soldados da Polícia Militar seguiu ontem de Santarém para Altamira, mas é possível que não chegue

àquela cidade devido aos grandes atoleiros existentes na região.

O pedido do deputado Fábio Feldmann (PSDB) ao ministro da Justiça, Oscar Corrêa, para garantir a segurança no encontro de Altamira, surtiu efeito. O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, garantiu que a Superintendência do DPF no Pará tomará as providências necessárias para garantir a segurança dos congressistas e visitantes.

CLIMA DE FESTA

A cidade de Altamira, enquanto isso, vive um clima de festa, com a presença de centenas de índios já acomodados em barracas armadas em diversos terrenos da cidade, e a chegada de representantes de 21 entidades preservacionistas brasileiras e da imprensa nacional e estrangeira, incluindo equipes de televisão da Itália, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos.

Em decorrência do excesso de gente que chega para o encontro, os preços disparam, apesar do congelamento do Plano Verão. Um copo de leite está custando NCz\$ 1,00 e o aluguel de uma casa por apenas 10 dias, durante o encontro, não está menos de NCz\$ 900,00. Não há vagas nos hotéis nem nos aviões.

Das lideranças indígenas mais conhecidas participarão do encontro o ex-deputado Mário Juruna, Ailton Krenac, Marcos Terena, e os caciques Raoni, Kakoreti, Bepkum, Kupató, Mantinó, Pukatire, Bathé, Rokrory, Kamayorá, Payaká e Kube-I, entre outros.

Chuva cancela visita de ministro a garimpos

Porto Velho — Intensas chuvas que caíram desde o início da manhã de ontem impediram que o ministro do Interior, João Alves Filho, e o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, sobrevoassem ontem a região garimpeira de 200 km ao longo do rio Madelra, em Rondônia, como parte de uma missão iniciada quarta-feira no Pará, para reconhecimento dos garimpos na região amazônica.

Alves e Mesquita, que se reuniram com o vice-governador Orestes Muniz — o governador Jerônimo Santana está em Brasília tentando negociar a dívida

de NCz\$ 73 milhões da Centrais Elétricas de Rondônia com a Petrobrás —, foram informados da elaboração do plano de zoneamento agroecológico de Rondônia, uma exigência do Banco Mundial para continuar financiando programas de desenvolvimento na região.

Ambos, que retornaram à tarde a Brasília, coincidiram na defesa da soberania da Amazônia diante do que consideram uma "ingerência" da comunidade ambientalista internacional ao exigir do governo brasileiro a demarcação das terras indígenas e dos seringueiros e rigor na preservação ecológica. "Os países que hoje fazem pres-

sões ao Brasil são os mesmos que destruíram seus recursos naturais. Agora se metem em assunto nosso. A preservação é um assunto dos brasileiros e o Brasil não vai aceitar ingerência", declarou o ministro João Alves Filho.

Fernando César Mesquita anunciou ao vice-governador a realização, no dia 15 de março, em Brasília, de uma reunião com todos os secretários estaduais do no ambiente para "aparar arestas". Ele admitiu a falta de unidade entre esses secretários, observando que "alguns são ambientalistas e outros são conservacionistas". De sua parte, fica "entre uma e outra".

CORREIO BRASILENSE

N.º 02 / 19 89

PÁGINA 11

AR 40400 2M. JHO. 3. P. 67

A ASI
Para conhecimento
[Signature]

0221.1149

✚
611344FNAI BR
911376SSEG BR

DE BELEMPA NR.156 50PLS 20.02.89 13.00HS

SR.AIRTON ALCANTARA GOMES
SUP.GERAL FUNAI
BRASILIA-DF

TLX NR.156/89 DE 20.02.89 PT
RETLX 50-SUGE DE 16 CORR.VG INF.VSA.VG EM ATENÇÃO TERMOS
CONSIGNADOS VG DE ORDEM EXMO SR. SEV...SECRETARIO SEG.PUB.
PARAH VG FOI DESLOCADO REFORÇO POLICIAL MILITAR PARA ///
AREA MENCIONADA PT SDS PT BELA.SONIA QUEIROZ VG H CHF. GAB
SEC.SEG.PARAH
=

TRS.POR SEVERINO OPRD DE SVC.
NNNN
911376SSEG BR
611344FNAI BR

ASI/FUNAI
N.º 141 /
EM 22/2/89

SUPERINTENDENCIA GERAL
N.º 463 189
Rub. 19 Data 2/2

Tiros, antes da reunião de índios

ALTAMIRA — O comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Altamira, o capitão Lima, enviou sexta-feira um grupamento de PMs para garantir a segurança na aldeia da Chácara Betânia, a 6 quilômetros da cidade, construída pelos índios Caiapós para abrigar cerca de 600 representantes de 30 nações que participarão, a partir de amanhã, do I Encontro das Nações Indígenas do Xingu. O reforço foi enviado porque às 19 horas de quinta-feira, de um Fusca em movimento, foram disparados dois tiros contra o acampamento, mas ninguém, ficou ferido.

Os autores do atentado não foram encontrados pela polícia. Os organizadores do encontro acreditam que os tiros foram disparados para criar um clima

de animosidade entre os índios e o movimento Pró-Cararaó, financiado por empresários e pela União Democrática Ruralista (UDR) de Altamira. O movimento defende a construção da Hidrelétrica de Cararaó, que os índios combatem por causa da inundação de várias áreas indígenas que a barragem pode causar. Um dos principais responsáveis pelo encontro, o cacique Paulinho Paiacã, tem uma posição firmada em relação a Cararaó e às grandes barragens da Amazônia. Ele acha que elas só trazem prejuízos não apenas aos índios como aos demais habitantes ribeirinhos da região e à natureza. O líder caiapó assegura que continuará empenhado, com o apoio de organismos internacionais, em impedir a liberação de recursos para as obras.



Elisa Ramos/AE-25/1/89

Cacique Paulinho Paiacã: barragens só trazem prejuízos

Nova República ignora pioneiros da Amazônia

SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIDA

Os ingleses pegaram sementes de seringueiras e levaram-nas para sua colônias do sudeste da Ásia, e em alguns lustros conseguiram arrasar a prosperidade da Amazônia, que possuía o monopólio da borracha. Todo o Brasil, governo e povo esqueceram-se daquele imenso território; ficaram somente os símbolos, tais como: o Teatro de Manaus, o porto de tantas outras construções daquela época áurea. Inúmeros escritores da nossa literatura retrataram o sofrimento e a vida insalubre dos nosso trabalhadores, naqueles seringais nativos. O tempo passou e os seringais modernos e programados da Ásia produziram safras volumosas, que provocaram

enfrentaram a mata e as dificuldades inerentes ao sertão e da absoluta falta de comodidade da vida moderna. Criaram cafezais, cacauais, pastagens de primeira ordem, cumprindo o seu dever de empresários.

De repente, com o advento da Nova República, tudo isso é condenado, e acima da lei, contra o direito do cidadão e da propriedade, inicia-se uma perseguição sem tréguas contra esses patriotas ambiciosos de progresso que vêm trazer riquezas à Amazônia. Então, começa a confusão, querendo se impedir esse avanço da agricultura, pela manutenção da exploração das seringueiras naturais, que já haviam escravizado populações inteiras, pela sua gravosidade perante a modernização da agricultura. Crimes, demagogia, violência, influência estrangeira

DM. 370.3, 1, 69

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



022/89
01

17 FEV 89

I ENCONTRO DE POVOS INDÍGENAS DO XINGU-ALTAMIRA/PA
ASI/FUNAI

INFE Nº 017/88-ASI, de 25.01.89

-
-

DSI/MINEER

-

9. AVALIAÇÃO : 1

1. Com a repercussão do I ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS DO XINGU, que vai cobrar explicações sobre as construções das UHE no Rio Xingu, grupos favoráveis ao desenvolvimento da cidade de Altamira criaram um movimento contra os ecologistas denominado Movimento Pró-Kararaô (MOPROK).
- Colocaram na cidade faixas e cartazes chamando atenção do povo para manifestarem-se em favor da construção da usina Kararaô.
2. Para o dia do início do Encontro, 20 FEV, programaram uma passeata nas ruas da cidade, inclusive passando pelo local do encontro. Com alto-falantes clamam o povo a participar.
3. O Comandante da Polícia local solicitou reforço para seu efetivo a fim de tentar manter a ordem na semana do evento.
4. A FUNAI, através de telex (cópia anexa), também solicitou apoio ao Secretário de Segurança do Pará e ao Diretor-Geral do DPF a fim de resguardar a integridade física do índio.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO
FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do
Decreto n.º 79.091-77 - REGULAMENTO PARA
SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS)

CONFIDENCIAL

seis mil posseiros

ADILSON TRINDADE
Correspondente

Campo Grande — Os seis mil lavradores que invadiram a fazenda Itassu, no município de Itaquiraí, no Mato Grosso do Sul, poderão ser retirados até o final da semana pela Polícia Militar. O proprietário da fazenda, Serafim Rodrigues Moraes, deu entrada ontem no fórum da comarca de Navirai, no pedido de mandado de reintegração de posse dos 14 mil hectares ocupados pelos sem-terras, divididos em dois acampamentos na área.

O juiz terá 48 horas para expedir a ordem de desocupação, se for aceito o mandado, cabendo à Polícia Militar de Navirai, que já está de prontidão, o cumprimento da ordem judicial. O

proprietário informou ao governo do Estado que poderia até negociar a desapropriação da área, contudo, considera ponto pacífico a retirada dos invasores do local.

A tensão em Itaquiraí pode aumentar a partir do momento em que o juiz determinar a retirada dos invasores, uma vez que eles prometeram resistir à ação da Polícia Militar até com violência. Diante disto, pode haver derramamento de sangue na área. As autoridades do governo estadual estão preocupadas com a situação, e, embora descartando a violência, pedem a todo momento paciência e diálogo com os lavradores.

Para o coordenador estadual do movimento dos

sem-terras, João Batista da Silva, o conflito na área é de exclusiva responsabilidade do governo do Estado.

Várias entidades de classe de Campo Grande lançaram manifesto de apoio aos trabalhadores rurais que invadiram a fazenda Itassu.

O proprietário da fazenda propôs, há algum tempo atrás à extinta Comissão Agrária, doar sem qualquer ônus para o governo, parte da área (2 mil ha), o que foi rejeitado pelos representantes dos trabalhadores. Recentemente, Serafim apresentou nova proposta, negociando 6.900 ha de sua propriedade para o assentamento dos sem-terras, mas, também, foi rejeitada.

Feldman pede reforço de segurança em Altamira

Em visita ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, o deputado Fábio Feldman (PSDB/SP) pediu reforço na segurança do Congresso Internacional das Nações Indígenas, a ser realizado na próxima semana em Altamira, no Pará. O deputado tem informações de que a UDR pretende fazer manifestações contra a promoção do encontro, a fim de desestimular índios e ecologistas a participarem do encontro.

Preocupado com a campanha dos Estados Unidos pela internacionalização da Amazônia, Fábio Feldman contestou que os ecologistas estejam favoráveis à proposta norte-americana, que colocaria em risco a soberania nacional. Segundo ele, contudo, há possibilidade de financiamento externo para preservar a Amazônia, que hoje é uma preocupação mundial, sem colocar em risco a soberania nacional.

O deputado considera que aqueles grupos que se beneficiam de incentivos fiscais para investir nas riquezas da região são interessados em bancar a campanha "a Amazônia

culpar os ecologistas. "Esses grupos sim, têm vontade de fazer com que nossa maior floresta continue sob ameaça eterna".

PRISÃO

O ministro denunciou, ontem, durante a quinta visita da Comissão Chico Mendes ao seu gabinete, que na lista de ameaçados de morte apresentada pela entidade há três semanas, pelo menos quatro pessoas estão com sua prisão preventiva decretada. Segundo o ministro, ele próprio negou o pedido de habeas corpus de alguns dos "marcados para morrer" quando estava no Supremo Tribunal Federal. Trata-se de acusados de assassinatos, entre eles, Raimundo Nonato Silva e Raimundo Nonato Guimarães.

Estranhando que o nome dessas pessoas constasse na lista, Oscar Corrêa disse que elas deveriam mesmo estar presas. Depois de receber a notícia, um dos membros da Comissão informou que os acusados estão foragidos. Como resposta o ministro ressaltou que trataria de aplicar a lei sem distinção. Os dois Raimundo são apontados

como assassinos de um fazendeiro paraense chamado Darley e seu empregado, de nome João Batista.

Na reunião com representantes da Comissão Chico Mendes e de outras entidades de direitos humanos, o ministro recebeu o dossiê sobre o assassinato do deputado João Carlos Batista (PSB/PA). Estavam presentes o senador Jamil Haddad (PSB/RJ), os deputados Ademir Andrade (PSB/PA), Raquel Capibaribe (PSB-AM) e João Hermann ((PMDB/SP) e o irmão do deputado morto, Pedro Batista.

O ministro prometeu mandar um telex aos governadores do Acre e do Pará pedindo que reforçem a ação da polícia, assegurando a garantia de vida a todos os cidadãos. Ele também determinou à Polícia Federal que passe a acompanhar o caso. O irmão do deputado, Pedro Batista, pediu a Oscar Corrêa que tome providências contra os desrespeitos cometidos pela UDR, mas nesta questão o ministro disse não poder fazer muito, por não ter nada que comprove o envolvimento da

CORREIO BRAZILIENSE
17 / 02 / 19 89
PÁGINA 10

Melo Ambiente

2M 270.3 1, 70

General não quer fiscalizar poluição

BELÉM Se depender do comandante da 8ª Região Militar, general Wladimir de Azevedo, a fiscalização do uso de mercúrio nas frentes garimpeiras da Amazônia e as campanhas de preservação da natureza que começam a ganhar corpo no país não terão a participação do Exército. Ele disse que estas não são funções básicas das Forças Armadas e espera que o governo não as convoque para estes trabalhos.

A posição do general desanimou os órgãos oficiais envolvidos com os programas de preservação ambiental e com o controle do uso de mercúrio nos garimpos, que pensavam recorrer ao Exército para aumentar a eficácia de suas ações. O secretário de Saúde Pública do Pará, Erundino Moreira, disse numa reunião destinada a definir estratégias de fiscalização, que o controle nas frentes garimpeiras é quase impossível porque implica na mobilização de um grande número de pessoas e passa pela formação de uma nova mentalidade entre os garimpeiros.

Ele afirmou que mais de 80% do mercúrio utilizado nos garimpos são introduzidos por contrabandistas de ouro, sem o conhecimento das autoridades locais. Só com a participação da Polícia Federal, coibindo o contrabando de ouro, a prática poderia ser melhor controlada.

Para o presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia, o médico Camillo Vianna, a questão ecológica está diretamente relacionada com o nível de corrupção a que o país chegou. Ele não acredita que o decreto presidencial publicado na terça-feira passada no Diário Oficial da União, proibindo o uso de mercúrio nos garimpos, tenha algum resultado prático. "É igual à obrigatoriedade do uso do cinto de segurança: todo mundo sabe que sem o cinto corre risco de vida, mas ninguém cumpre a legislação e nem o governo fiscaliza com o devido rigor".

De acordo com o secretário de Saúde, existem mais de 500 garimpos no Pará e um número impreciso de garimpeiros. "Eles

passam de um estado para o outro e é difícil saber quantos atuam em determinada área". O preservacionista Camillo Vianna disse que a melhor maneira de evitar o uso abusivo do mercúrio, que contamina homens, animais, plantas e mananciais, é criar uma nova consciência ecológica na região. Ele fez um apelo aos países produtores da substância, através de uma rede suíça de televisão, para que evitem exportar o produto para o Brasil sem a garantia de que vai ser utilizado exclusivamente na indústria farmacêutica.

Preveno um desastre ecológico na Amazônia nas mesmas proporções do ocorrido na Baía de Minamata, Japão, nos anos 60, o diretor do 5º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Idimilson Mesquita, disse que a proibição pura e simples pode provocar uma rebelião entre os garimpeiros, com conseqüências imprevisíveis, caso o governo tenha condições de controlar a comercialização do produto.

Há muito, Mesquita vem denunciando o uso indiscriminado de mercúrio, principalmente nos garimpos de Serra Pelada e do Rio Tocantins. Ele disse que uma das conseqüências inevitáveis dessa prática será, em pouco tempo, o nascimento de criança deformada física e mentalmente. Mas acredita que a proibição requer o oferecimento de uma tecnologia alternativa e barata aos garimpeiros.

A província mineral do Rio Tapajós, criada em 1950, tem oficialmente 60 mil quilômetros quadrados. Na prática, entretanto, alcança dez vezes essa dimensão, concentrando cerca de 150 mil homens em 350 frentes, todos envolvidos com o uso do mercúrio para separar o ouro das impurezas.

Mesquita afirmou que em Serra Pelada, onde os garimpeiros afirmam existir ainda cerca de 600 toneladas de ouro, apesar da produção atual não ultrapassar os 10 quilos mês, já foram despejadas na natureza mais de 14 toneladas do mercúrio em oito anos de atividade.

Gueiros defende represa no Xingu

BELÉM O governador do Pará, Hélio Gueiros, defendeu ontem a construção da hidrelétrica de Cararaó, no rio Xingu, pela Eletronorte, e disse que os protestos de índios, antropólogos e ecologistas de várias partes do mundo contra a execução da obra não passam de demagogia e hipocrisia baratas. Cararaó vai gerar 11 milhões de quilowatts, tem um custo estimado em US\$ 6,4 bilhões, financiados pelo Banco Mundial, assim como a hidrelétrica de Babaquara, com potencial energético previsto para 5 milhões de quilowatts.

Em sua primeira fase, o projeto vai inundar mais de 12 mil hectares da reserva dos índios caiapó, formando um lago de 1.200 quilômetros quadrados sobre os campos de caça e roçados dos indígenas. O cacique Paiacã, que foi operado de um apendicite agudo na segunda-feira, embora admita negociar uma indenização com a Eletronorte, mobilizou entidades do Brasil e do exterior, para o encontro dos povos indígenas do Xingu, de 21 a 25 próximos, quando será cobrada a suspensão do projeto e denunciadas as ameaças à sua cultura.

A chegada de estrangeiros ao Pará, motivada pelo encontro dos índios, irrita o governador Hélio Gueiros. "Eles não sabem de nada e querem nos ensinar a tratar com índios", reclama, classificando a reunião como "uma intromissão em assuntos brasileiros". Para Gueiros, "esses estrangeiros, essa *gringalhada*, só tem *know how* para acabar com os índios, não para preservá-los".

O deputado Fábio Feldman (PSDB-SP) esteve ontem com o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, para pedir proteção para a realização do Encontro dos Povos da Floresta, em Altamira (Pará) na próxima semana. Calcula-se que mais de 2 mil pessoas comparecerão ao encontro, entre representantes de nações indígenas, de movimentos de direitos humanos e ecológicos, políticos e personalidades internacionais como o roqueiro inglês Sting e a atriz francesa Brigitte Bardot. Segundo o deputado, o ministro garantiu que tomará providências para que o encontro transcorra em clima de tranqüilidade. "A partir da morte de Chico Mendes, que foi uma lição para todos nós, nunca mais poderemos subestimar perigos", disse o deputado referindo-se a uma possível realização de uma manifestação na cidade pela UDR.



FUNAI

Medo do Brasil

Senador dos EUA propõe

criação de Conselho

Mundial de Meio Ambiente

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Logo que regressou, mês passado, de sua viagem pelo Brasil, com um grupo de naturalistas e políticos americanos, o senador Albert Gore concluiu a preparação do projeto de lei intitulado *Política Mundial de Meio Ambiente de 1989*, que acaba de ser apresentado ao Senado, com o apoio de outros oito senadores. Num capítulo dedicado à floresta amazônica, o senador pelo Tennessee acusa o governo brasileiro de promover o desenvolvimento da região de uma forma que ameaça todo o planeta e propõe a criação de incentivos para que o Brasil comece um "processo de consultas internacionais argentes no sentido de formular um programa de conservação dos recursos da bacia Amazônica".

O projeto de 155 páginas abrange uma ampla variedade de problemas que preocupam os ecologistas americanos e dedica apenas uma pequena parte à Amazônia. Começa com a determinação de que o presidente dos Estados Unidos crie um organismo denominado Conselho de Política Mundial de Meio Ambiente, num prazo de 90 dias, a partir da eventual aprovação do projeto pelo congresso. Esse conselho interministerial seria encarregado de elaborar um plano estratégico de política ambiental, que seria recomendado ao presidente dos Estados Unidos. Além disso, o projeto sugere a nomeação de um embaixador especial para representar o país nas negociações internacionais sobre meio ambiente.

O extenso documento, que está sendo examinado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, sugere que 1990 seja considerado "ano internacional do efeito estufa" e propõe a criação de maiores facilidades para que os cientistas americanos se aprofundem nos estudos sobre essa teoria, segundo a qual o clima do planeta está se modificando devido a mudanças na camada de ozônio que o cobre. Se aprovada, a lei criará maiores restrições e punições ainda mais rigorosas aos responsáveis por poluição atmosférica nos Estados Unidos, especialmente quando supostamente agravam o problema do efeito estufa.

Na parte dedicada à Amazônia, os nove senadores que patrocinam o projeto coincidiram em que "o governo do Brasil, respondendo às necessidades e aspirações de seu povo, está promovendo o desenvolvimento da bacia Amazônica de uma maneira que parece ameaçar não somente o patrimônio natural do próprio Brasil, mas o de todo o planeta". Assinalam, contudo, que o governo do Brasil está ciente deste perigo, mas não pode enfreá-lo devidamente porque "suas opções estão extremamente reduzidas por severos problemas econômicos, agravados pela sua pesada dívida externa".

Considerando que "a questão toca na dignidade e na soberania do povo brasileiro", os senadores sugerem que "o governo do Brasil deveria ser incentivado a começar um processo de consultas internacionais urgentes dirigidas a formular um programa para conservação dos recursos da bacia Amazônica". Em seguida, o projeto determina que o Secretário de Estado entre em contato com governos de outros países desenvolvidos, como o Japão, a França e a Alemanha Federal, e declare que os Estados Unidos estão prontos a participar dessas consultas, se elas forem solicitadas.

Restringir financiamentos Os senadores propõem ainda que os organismos internacionais, como o Banco Mundial, devem rever todos os seus projetos, para ter certeza de que nenhum deles é prejudicial à conservação da Amazônia. Finalmente, o Congresso determina que os diretores americanos em bancos e agências multilaterais de desenvolvimento sejam instruídos a pressionar no sentido de que qualquer empréstimo ao Brasil dependa da adoção de uma política de desenvolvimento que respeite "os imperativos do meio ambiente global".

O projeto de lei considera que a superpopulação também é um grave problema para o futuro do meio ambiente no planeta e autoriza o governo dos Estados Unidos a aumentar sua participação em programas de controle da natalidade.

JORNAL DO BRASIL

17102 / 1989

PÁGINA: 05

Encontro de nações indígenas começa na segunda-feira com protesto da UDR

FERNANDO GABEIRA
Do Sucursal do Rio

Com manifestações de rua programadas pela UDR e a presença de mais de cem jornalistas estrangeiros, começa segunda-feira, em Altamira (461 km a oeste de Belém), o 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, cujo objetivo principal é o de denunciar a construção das barragens de Babaquara e Carará, consideradas uma ameaça para a vida dos sete povos da região.

O encontro havia sido programado antes da morte de Chico Mendes, em dezembro, e sua repercussão cresceu tanto que os jornalistas ingleses fretaram um avião especial para a cobertura. O governo brasileiro, que chegou a pensar em proibir o encontro, decidiu mandar como seu representante Fernando César Mesquita, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, além de funcionários da Eletronorte e Funai.

Paulo Payakan, o líder caiapó que idealizou o encontro, sofreu uma crise de apendicite no fim-de-semana e está sendo operado em Belém. Se tudo der certo, terça-feira estará dirigindo os trabalhos.

A reação ao encontro, que trará também índios do Canadá e dos EUA, já começou em Altamira. Grande parte da cidade, que tem cerca de cem mil habitantes, acha que é importante construir a hidrelétrica de Carará. Na segunda-feira o "Movimento Pró-Carárá" vai promover uma demonstração de força para os jornalistas estrangeiros, desfilando com o slogan "pela ecologia, com progresso e energia".

Ao saber que só de seu país viria uma delegação de 44 pessoas, um jornalista canadense afirmou que o encontro da Altamira vai se transformar num "Woodstock" amazônico. Sua principal preocupação é com a infra-estrutura, pois os hotéis mais bem aparelhados não tem mais do que dois telefones e na hora do rush mais de 60 jornalistas tentarão usá-los para emitir notícias e fotos.

Os índios caiapós iniciaram, com a chegada de 40 guerreiros, a construção de uma aldeia especial que vai abrigar os índios de outras nações, dentro do espaço da chácara Betânia, que pertence à Igreja e fica a seis quilômetros do centro da cidade. São cabanas especiais que os caiapós constroem quando deixam sua aldeia e saem para a caça.

A programação do encontro começa com uma cerimônia de boas vindas dos caiapós. O programa ainda não é definitivo. Três entidades nacionais estão dando apoio à organização do evento, que conta também com ajuda financeira do grupo ecológico Amigos da Terra. Durante a semana, houve uma discussão se o encontro iria ser apenas de índios ou aberto às lideranças ecológicas. Decidiu-se que o mais importante era a definição dos índios e tudo iria girar em torno de sua denúncia.

Será a primeira vez que se tem um conhecimento mais claro, no Brasil, da importância do movimento indígena, que hoje não precisa mais das lideranças brancas para afirmar sua vontade. Formou líderes próprios, articulou-se em escala nacional e tem vínculos internacionais.



O líder caiapó, Paulo Payakan, que foi operado em Belém de uma crise de apendicite e deve dirigir o encontro na sexta

Editoria de Arte